FOTO: DIVULGAÇÃO

REUNIÃO FOI ACOMPANHADA POR VEREADORES

USO PRIVATIVO

REPRESENTANTES DO SHOPPING POPULAR BUSCAM CESSÃO DE USO DO CAMELÓDROMO

***A CESSÃO DE USO** é uma modalidade de contrato administrativo*

ROSI OLIVEIRA / REDAÇÃO DS

Em busca de melhorias para os associados, aconteceu na manhã desta quinta-feira, dia 23 de janeiro, uma reunião na Prefeitura Municipal de Tangará da Serra entre o prefeito Vander Masson e o vice-prefeito, Eduardo Sanches com parte da diretoria da Associação dos Comerciantes do Shopping Popular de Tangará da Serra.

Conforme o gestor municipal, a reunião, que contou também com a presença dos vereadores Renato Calhas e Esdras Moraes, bem como do Superintendente de Governo, Rogério Silva, foi para solicitação de Cessão de Uso do local onde o popular camelódromo está instalado, na Avenida Brasília, nº 347-S, no centro da cidade. "Eles vieram nos reivindicar sobre aquele imóvel onde o Shopping Popular de Tangará da Serra está ocupando e nós vamos, após o protocolo do pedido, fazer uma análise", relata o prefeito.

> ***ESTAMOS AQUI PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS NOSSAS CLASSES REPRESENTATIVAS***

"Vamos aguardar o protocolo deles para que a gente possa verificar todas as questões jurídicas que autorizam, e, assim proceder com essa cessão", informa Masson, ao destacar que com a cessão estabelecida, os empresários que tem suas bancas no Shopping Popular poderão ter a garantia de que a longo prazo estarão amparados pela lei para continuarem no local desempenhando suas funções.

"Além do mais, eles poderão fazer os investimentos necessários para ter um espaço mais adequado para cada empresário e, acima de tudo, mais adequado para os consumidores que frequentam o Shopping Popular. São quase 100 empresários que estão ali buscando a sua sobrevivência e fortalecendo o comércio tangaraense, e nós, em conjunto, estamos aqui para atender as demandas das nossas classes representativas", destaca Vander Masson.

Para o presidente da Associação do Shopping Popular, Miguel Pereira, a reunião foi produtiva e seguirão trabalhando para protocolar o pedido formalmente.

A Cessão de Uso é uma modalidade de contrato administrativo, submetido ao regime jurídico de direito público, firmado por órgão ou entidade da Administração Pública, cujo objetivo é o uso privativo de bem público.

FOTO: DIVULGAÇÃO

VEREADORAS EVÂNIA FÉLIX E SARAH BOTELHO

TANGARÁ DA SERRA

Constituída nova composição da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara Municipal

LARISSA GRELLA / ASCOM - CÂMARA MUNICIPAL

A Procuradoria Especial da Mulher de Tangará da Serra é um órgão independente e integra as ações da Casa Legislativa a pautas de proteção e direitos das mulheres de nossa comunidade.

Instituída por meio da Resolução Nº 204, de 25 de maio de 2022, a Procuradoria Especial da Mulher é um instrumento de fortalecimento da democracia, respeito à dignidade da pessoa humana e à diversidade, em favor da aprovação de propostas e políticas públicas que venham garantir e ampliar os direitos já conquistados pelo público feminino.

Para esta Legislatura a Procuradoria Especial da Mulher está constituída pela Procuradora Especial, vereadora Evânia Félix, e Procuradora Adjunta, vereadora Sarah Botelho, que atuarão para participação mais efetiva das vereadoras nos órgãos municipais de defesa e nas atividades da Câmara, e caberá à servidora técnica Luciana Felisberto, os atendimentos e providências às demandas.

> ***PAUTAS DE PROTEÇÃO E DIREITOS DAS MULHERES DE NOSSA COMUNIDADE***

Compete também à Procuradoria Especial da Mulher examinar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violência e discriminação contra a mulher; contribuir com a implantação e efetivação de políticas públicas municipais de equidade; cooperar com organismos estaduais, nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados à efetivação de políticas para as mulheres; promover pesquisas e estudos sobre violência e discriminação contra as mulheres, bem como acerca de seu deficit de representação na política, inclusive para fins de divulgação pública e fornecimento de subsídio às comissões da Câmara e estimular a aplicabilidade da legislação vigente em prol das mulheres.